

## Intervenção de Abertura - Álvaro Saraiva

3º Agir Local, Almada, 16 de Março de 2013

Caros amigos

Caros companheiros

Tenho por incumbência dar início aos trabalhos deste nosso 3º AGIR LOCAL.

Queria começar por agradecer a presença de todos e em especial para os companheiros que vão fazer as suas comunicações e que certamente serão essenciais para o nosso trabalho e reflexão.

É uma oportunidade para nos encontrarmos para conviver fraternalmente, examinar os problemas que se colocam ao poder local, olhar para a obra feita e para a que falta fazer, discutir prioridades futuras.

Como é lógico, num encontro deste género, há intervenções preparadas. Mas espera-se de cada um a contribuição para um debate, que vai decorrer aqui tal como já decorre e vai continuar a decorrer em tantas reuniões e encontros da CDU. Para além do que ouvimos e do documento que vamos aprovar, teremos também a riqueza das trocas de informação e experiências.

É desta forma aberta e democrática que podemos aprofundar e renovar o nosso trabalho, a nossa criatividade e a atenção à realidade, bem como a entrega à luta para resolver os problemas que temos que enfrentar.

Através do enriquecimento do trabalho, conseguido desta e outras formas, contribuímos para o diálogo com os nossos parceiros da CDU, o PCP e a ID. Contribuiremos também para uma intervenção eleitoral mais dinâmica, para resolver problemas ou atrasos onde se verificam, para conhecer melhor a obra e os projectos para o futuro nos diferentes concelhos e freguesias.

Quando falamos em obra e dizemos que a “CDU é obra” ou “CDU é de confiança” não nos referimos apenas aos municípios e freguesias de maioria CDU. Referimos os lugares de vereadores, muitos deles com pelouro, em camaras em que estamos em minoria, referimos os lugares nas assembleias.

Muitos têm uma concepção do poder local como rede de caciques e para eles apenas conta o presidente do executivo. Nós temos uma concepção democrática. Os executivos são colegiais.

Quando falamos de CDU é de confiança é de tudo que falamos: em minoria em maioria, a fazer ou fiscalizar a combater irregularidades e a lutar pelos direitos das populações. É a obra e a confiança da CDU e a nossa luta geral que nos dão confiança da vitória.

Caros Amigos e companheiros

A intervenção nas autarquias constitui para nós Partido Ecologista “ Os Verdes” uma área privilegiada para a promoção de um modelo alternativo de sociedade, assente numa postura de convergência e participação dos cidadãos na gestão do seu quotidiano e condições de vida.

Para nós a actividade autárquica pressupõe uma prática ligada à realidade *ecológica* e à identidade cultural, só possível de concretizar através de projectos políticos abrangentes e dinâmicos que respeitem as diferenças e promovam a criatividade geradora de novas estratégias de desenvolvimento e do reforço das varias formas de democracia participativa.

A nossa eleição nos órgãos autárquicos reveste-se de um significado profundo, tanto com a nossa intervenção directa nos respectivos órgãos no sentido de trabalhar com transparência e dinamismo quer mesmo nos casos em que não tendo eleitos promovemos e divulgamos a mensagem Ecologista, contrariando o conformismo e o imobilismo.

Estamos a comemorar 39 Anos da gloriosa manhã do 25 de Abril o PODER Local Democrático é uma das mais importantes conquistas da Revolução, é uma frente de trabalho com a qual nós o PEV nos identificamos cada vez mais.

Estaremos sempre na 1ª linha para que esta valorosa conquista do 25 Abril seja ao mesmo tempo um espaço de defesa e promoção da democracia e da realização eficaz das aspirações populares em matéria de bem estar e de vivência democrática.

A filosofia política e económica imposta pelos sucessivos governos, tanto do PS como agora do PSD/CDS, tem gerado um grande prejuízo no efectivo desenvolvimento integrado.

Problemas gerados por incorrectas concepções de crescimento, um crescimento anárquico em que a regra de facturar o máximo no tempo mínimo é a base para tudo.

Um crescimento que sobre o litoral impera o planeamento selvagem.

Um País que se vai desertificando, progressivamente no seu interior.

Um mundo rural em vias de extinção também ele, com consequências profundas na perda do nosso património natural, ambiental e cultural.

Passados 2 anos de governação desta maldita coligação PSD/CDS, estamos a assistir ao maior ataque que há memória ao Poder Local e à democracia portuguesa.

É o estrangulamento da actividade autárquica, com graves prejuízos para as populações, infligidas por um governo que não governa para os portugueses mas sim para as instancias federalistas da europa..

Cada vez está mais fundo o fosso das desigualdades sociais.

O governo do PS não quis nem quer favorecer os anseios mais elementares das populações, as nossa aspirações a mais poder de compra, o nosso desejo de mais qualidade de vida, ou o nosso anseio de ter um ambiente mais sustentável.

Por vezes devido às necessidades das populações leva a que as Autarquias sejam obrigadas a responder em áreas da responsabilidade do Poder Central, tais como na educação (escolas), a habitação ou o bem mais elementar do dia a dia.

Mas o que sobretudo parece incontestável é que as autarquias de maioria CDU se caracterizam por mais e melhor obra,

São os próprios relatórios do INE que demonstram, tanto em matéria de abastecimento de agua como na recolha e tratamento dos resíduos sólidos as autarquias geridas pela CDU são as que tem a mais elevada taxa de cobertura.

Temos também níveis mais elevados de realizações culturais, desportivas e recreativas e uma cooperação intensa e mais estreita com associações populares de todo o tipo, desde colectividades a associações de condóminos, de juventude e terceira idade.

O trabalho autárquico é um património inestimável de “Os Verdes” e da CDU que temos que valorizar e desenvolver.

Caros companheiros e amigos

Todos nos recordamos as dificuldades com que chegámos a 2009. O anterior mandato ficou marcado pelas constantes mudanças impostas às regras da vida política visando unicamente afrontar o Poder Local Democrático, asfixiando-o com sucessivas alterações legislativas que condicionaram e condicionam, de forma mais gravosa, a actividade municipal.

Em 2007, a Lei das Finanças Locais impôs fortes restrições financeiras às autarquias inviabilizando a concretização de projectos e obras, e já no actual mandato autárquico a situação agravou-se com as medidas restritivas provenientes de sucessivos PEC's (Planos de Estabilidade e Crescimento), e do memorando assinado entre a Troika e o Governo do PS, com o apoio do PSD e do CDS.

Têm sido muitas as manobras para retirar ao Poder Local Democrático a sua capacidade de trabalho e mostrar obra feita.

O Orçamento de Estado para 2013, que volta a reduzir as transferências financeiras para os municípios, sem prejuízo de continuarem a ser transferidas mais e novas competências.

Este governo e os anteriores esquecem-se dos variados apoios que prestamos para o investimento de responsabilidade da Administração central, nomeadamente a cedência de terrenos para escolas, hospitais, centros de saúde, esquadras e quarteis, tribunais etc.

Mas em contra ciclo temos este e os anteriores governos cada vez mais a promover a asfixia financeira.

há números que nunca devemos esquecer de os enunciar, que são gravosos para o Poder Local

As transferências do orçamento de estado de 2013 estão com valores do ano de 2006.

Está à vista o colapso social: o desemprego já ultrapassa a casa dos 17% da população activa; brinca-se com as pessoas quando se afirmava que se vai cortar nas gorduras do estado e, na verdade, onde se corta é nos salários, pensões e acções sociais. Com o investimento em forte contracção e o corte brutal no rendimento das famílias a procura interna atingirá níveis de grande preocupação. Os que estão a perder o emprego estão no limiar da pobreza. Aumentam os desempregados e diminuem as dotações para o subsídio de emprego. Os despedimentos colectivos sobem. As falências aumentam de dia para dia. O empobrecimento das famílias é de bradar aos céus. Em cada dia novas famílias pede auxílio alimentar à Caritas.

Não podemos permitir que um grupo de senhores, que dizem ser o Governo de Portugal mas que nada fazem pelo seu país e pelos portugueses, possa destruir um dos mais importantes pilares da nossa democracia e assim agravar ainda mais a vida das nossas populações.

Pela nossa parte podem contar com a mesma determinação e empenho com que temos cumprido, nestes 36 anos, os mandatos que as populações nos tem confiado.

Estamos, agora e sempre, ao serviço das populações com trabalho, honestidade e competência, factores que marcam a diferença do projecto autárquico da CDU.

Neste encontro não podemos deixar de denunciar os vários cozinhados entre o PS e o PSD para alterar o sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, constituirá, a verificar-se, um factor de empobrecimento da vida democrática nas Autarquias, o desvirtuamento da vontade expressa no voto, é uma violação da regra da proporcionalidade.

Mais uma vez o Bloco Central funciona para por via legislativa obterem aquilo que não conseguem por via eleitoral.

Primeiro o Documento Verde de Reforma da Administração Local, que podemos considerar, no mínimo, escandaloso, e agora a Lei, são um embuste para a população, uma ofensiva ao regime democrático, que ameaça a autonomia administrativa e a participação democrática.

As propostas em cima da mesa, sim porque temos que ter sempre presente este tema, vão arrasar o sistema eleitoral consagrado na Constituição da República Portuguesa com a eliminação da eleição directa das Câmaras e a imposição de um regime de executivos homogéneos, preparando-se para extinguir valores democráticos e plurais que consubstanciam a livre escolha dos eleitores, em prol da criação de poderes absolutos e sem controlo democrático, fomentando os desvios e a corrupção.

Mas as intenções destes documentos não se cingem aos, designados, executivos monocores, passam também por uma significativa redução do número de eleitos, lesiva do carácter participado e democrático do poder local.

Esta reforma da Administração Local prevê, com base em critérios bastante discutíveis e ausentes de fundamentação, a supressão de um número significativo de freguesias visando a redução substancial da participação política, e eliminando a proximidade entre eleitos e eleitores.

Companheiros e amigos

Um dos principais objectivos do PEV nas autarquias é estimular a democracia participativa. É algo que teremos presente na campanha e, em particular, na elaboração dos programas eleitorais. Estar em contacto directo junto das populações é um objectivo fundamental.

É bom que tenhamos consciência que não é com pouco mais de uma centena de eleitos nas Autarquias, que poderemos desenvolver trabalho que não seja integrado na CDU.

Mas também quero aqui deixar registado, que em todos os órgãos que estamos representados, somos autónomos e temos as nossas opiniões e propostas próprias.

O trabalho desenvolvido demonstra o prestígio, a influencia e o reconhecimento da nossa acção.

Continuaremos a lutar pela defesa, consolidação e dignificação do Poder local democrático.

Continuaremos a nossa acção de denuncia e resistência à acção do PS antes e do PSD/CDS agora que, enquanto Governos, fazem letra morta das promessas eleitorais, não cumpriram nem cumprem a Lei das Finanças Locais, não assumem uma politica coerente de desresponsabilização, adiam as respostas aos problemas reais e concretos das populações, contribuindo para um ainda maior agravamento das condições de vida.

Por ultimo não posso deixar de lançar um repto ;

É importante para o projecto “Verde” e da própria CDU que as próximas eleições autárquicas tenhamos mais eleitos,

Mas mais eleitos não só nas Assembleias mas também nos Executivos Municipais, é cada vez mais urgente que o factor ambiental seja assumido não como moda mas como um projecto sério, para de uma vez por todas promovermos o eco-desenvolvimento.

Todo o nosso trabalho eleitoral vai decorrer ao mesmo tempo que grandes lutas dos trabalhadores, da juventude, dos reformados. Vai decorrer ao mesmo tempo que muitas outras lutas politicas.

Em todo o nosso trabalho teremos que aprofundar a realização dos nossos princípios fundamentais.

Uma concepção profundamente democrática do poder e da vida implica recusar o poder como um privilégio e torná-lo como um serviço à comunidade.

Um eleito de “Os Verdes” e da CDU sabe que não é mais do que os outros, é parte do povo, está perto dele e tem orgulho em pertencer-lhe.

Quem nos escolhe sabe que nos orientamos pela isenção, a igualdade, a imparcialidade e a recusa do compadrio.

Só o reforço da CDU pode romper com o círculo vicioso do rotativismo da alternância sem alternativa que governa o país há mais de três décadas.

Essa é a primeira condição para garantir a mudança. É por isso que nós dizemos ao povo português: se querem a mudança, se querem uma verdadeira política de esquerda, se querem a ruptura com a política devastadora de direita, apoiem a CDU, reforcem a CDU, porque essa é a primeira condição para a ruptura.

Para construir um Portugal de abril